

**HABEAS CORPUS Nº 569.005 - SP (2020/0075256-0)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : JEEAN PASPALTZIS**  
**ADVOGADO : JEEAN PASPALTZIS - SP133645**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : DIEGO CORREIA DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de DIEGO CORREIA DA SILVA, apontando como autoridade coatora a 2ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2002251-59.2020.8.26.0000.

Noticiam os autos que o paciente foi preso em flagrante e denunciado como incurso nos artigos 33 e 35, combinados com o artigo 40, inciso V, todos da Lei 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustenta o impetrante que o acusado está segregado desde 18.6.2019 sem que tenha havido a formação da culpa, o que revelaria o excesso de prazo da prisão.

Alega que a demora na conclusão do feito não poderia ser imputada ao réu e sua defesa.

Afirma que os policiais teriam acessado as mensagens contidas no aparelho celular do paciente sem o seu consentimento e sem prévia autorização judicial, razão pela qual as provas obtidas com a medida seriam ilícitas.

Aduz que o réu é primário, possui família, profissão definida e residência fixa, predcados que lhe permitiriam responder ao processo em liberdade.

Assevera que o fato de o acusado ter atuado na condição de batedor não permitiria que lhe fosse imputado o crime de tráfico de drogas, pois não teria praticado os núcleos previstos no artigo 33 da Lei 11.343/2006.

Entende que não haveria provas suficientes em desfavor do paciente, notadamente porque com ele não foram apreendidas substâncias entorpecentes.

Argumenta que a existência de outra ação penal em trâmite contra o acusado não constituiria fundamento idôneo para a decretação de sua custódia.

Requer a concessão da ordem para que a custódia cautelar do paciente seja revogada.

A liminar foi indeferida, nos termos da decisão de fls. 85/88.

Prestadas as informações (e-STJ fls. 85/88), o Ministério Público Federal, em parecer de fls. 78/84, manifestou-se pela denegação da ordem.

É o relatório.

Inicialmente, cumpre atestar a inadequação da via eleita para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, nos termos do artigo 105, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, circunstância que impede o seu formal conhecimento, conforme entendimento pacífico no âmbito desta Corte Superior de Justiça.

Superado esse óbice, extrai-se do acórdão impugnado que, "*no que tange*

ao pleito de reconhecimento de nulidade da prova, por não haver o paciente consentido na investigação de seu telefone celular, pontuando que não havia qualquer decisão judicial autorizando a quebra de sigilo de comunicações", a autoridade impetrada consignou que "a aventada ilegalidade do auto de prisão em flagrante não teria o condão de macular a subseqüente decretação da prisão preventiva e, menos ainda, a validade da ação penal e o processo criminal que se seguiram", acrescentando que, "ainda que razão assista à Defesa quanto à validade das provas obtidas, não será nos estreitos limites do remédio heroico que se poderá descer à minúcia de tais avaliações, que necessariamente devem ter lugar no processo de conhecimento, sob o crivo do contraditório" (e-STJ fl. 65).

Da leitura das referidas passagens, depreende-se que a aventada ilegalidade do acesso aos dados contidos no aparelho celular do paciente pelos policiais não foi alvo de deliberação pela autoridade impetrada no acórdão impugnado, circunstância que impede qualquer manifestação deste Sodalício sobre o tópico, sob pena de se configurar a prestação jurisdicional em indevida supressão de instância.

A propósito:

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.*

*TRÁFICO DE DROGAS. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE.*

*REITERAÇÃO DE PEDIDO. FIXAÇÃO DE REGIME FECHADO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE.*

*1. Não comporta conhecimento habeas corpus cujo pedido é mera reiteração de writ impetrado anteriormente. Na hipótese, o pedido de apelo em liberdade constitui mera repetição do RHC n. 106.490/SP.*

*2. O Tribunal de origem não apreciou eventual ilegalidade na fixação do regime fechado em razão da existência de recurso de apelação já interposto pela defesa. Fica obstado, portanto, o exame da questão diretamente pelo Superior Tribunal de Justiça, sobrepujando a competência da Corte estadual, sob pena de se incorrer em indevida supressão de instância e em violação dos princípios do duplo grau de jurisdição e do devido processo legal.*

*3. Não se vislumbra flagrante ilegalidade na fixação do regime fechado, ainda que para fins de concessão da ordem de ofício, quando desfavoráveis as circunstâncias judiciais e estabelecida a pena em 6 anos de reclusão.*

*4. Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no HC 508.457/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 30/05/2019, DJe 10/06/2019)*

No mesmo sentido:

*PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. MÉRITO NÃO ANALISADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. FLAGRANTE ILEGALIDADE.*

*RECURSO NÃO CONHECIDO. HABEAS CORPUS CONCEDIDO, DE OFÍCIO.*

**1. As questões relacionadas à possibilidade de apelar em liberdade e ao regime prisional não foram analisadas pelo acórdão impugnado, o que impede o seu conhecimento por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.**

**2. A jurisprudência desta Corte tem admitido a impetração de habeas corpus para se questionar a possibilidade de aguardar o julgamento do recurso de apelação em liberdade.**

**3. Recurso não conhecido. Habeas corpus concedido, de ofício, para determinar que o Tribunal de origem analise o mérito da impetração originária.**

*(RHC 111.538/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 27/05/2019)*

Ainda que assim não fosse, a impetração não foi instruída com cópia do auto de prisão em flagrante e da denúncia, peças processuais indispensáveis para que a eiva em questão pudesse ser analisada.

Como se sabe, o rito do *habeas corpus* e do recurso ordinário em *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira tempestiva e inequívoca, por meio documentos que evidenciem a pretensão aduzida, a existência do aventado constrangimento ilegal, ônus do qual não se desincumbiu a defesa, exercida por profissional da advocacia.

Nessa direção orienta-se a jurisprudência pacífica desta colenda Corte Superior de Justiça:

**PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NO HABEAS CORPUS. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. (...) INSTRUÇÃO DEFICIENTE. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO.**

*(...)*

**3. É pacífico o entendimento desta Corte Superior que o procedimento do habeas corpus não permite a dilação probatória, pois exige prova pré-constituída das alegações, sendo ônus do impetrante trazê-la no momento da impetração.**

**4. Petição recebida como agravo regimental, ao qual se nega provimento.**

*(PET no HC 501.290/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 27/08/2019)*

No mesmo vértice:

**AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. DOSIMETRIA. FALTA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. AGRAVO DESPROVIDO.**

*(...)*

**III - Como é cediço, o rito de habeas corpus demanda prova pré-constituída, apta a comprovar a ilegalidade aduzida, descabendo conhecer de impetração mal instruída, sem as informações essenciais para o deslinde da controvérsia. Precedentes.**

**Agravo regimental desprovido.**

**201901771865**

*(AgRg no HC 509.183/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019)*

Quanto ao ponto, é necessário esclarecer que a **documentação** necessária ao exame do constrangimento ilegal a que estaria sendo submetido o agravante deve estar presente nos autos no momento da impetração do *habeas corpus*, não se admitindo a juntada posterior de peças processuais, tampouco que a instrução seja feita por outros meios, como links ou consulta ao processo na página eletrônica do Tribunal de origem.

Nessa esteira:

*PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. RECURSO INTERPOSTO CONTRA INDEFERIMENTO LIMINAR DO WRIT. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*I - A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que a ação mandamental de habeas corpus exige a apresentação de prova pré-constituída, recaindo sobre o impetrante o ônus de instruir corretamente o mandamus, a fim de que seja possível identificar o alegado constrangimento ilegal.*

*II - No presente caso, o impetrante não juntou aos autos cópia das decisões que estariam trazendo constrangimento ilegal aos Pacientes, apenas colaciona links de sítios eletrônicos de portais de notícias, em que este relator poderia acessar o conteúdo das decisões, tornando inviável a análise da quaestio.*

*Agravo Regimental desprovido.*

*(AgRg no HC 438.187/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 27/03/2018)*

No mesmo diapasão:

*PROCESSUAL. PETIÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE RECONSIDERAÇÃO DE DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINARMENTE HABEAS CORPUS POR AUSÊNCIA DE INSTRUÇÃO. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.*

*DECISÃO MANTIDA. AUSÊNCIA TOTAL DE INSTRUÇÃO. SENHA PARA ACESSO DAS INFORMAÇÕES PROCESSUAIS CONTIDAS NO SÍTIO DO TRIBUNAL DE ORIGEM.*

*INSUFICIÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

*1. Em homenagem aos princípios da instrumentalidade das formas e da fungibilidade recursal, e tendo em vista o teor do petitório apresentado pela defesa - na qual se volta contra decisão que indeferiu pleito de reconsideração do indeferimento liminar de writ -, é possível o recebimento da insurgência como agravo regimental, quando interposta no quinquídio legal.*

*2. O mero fornecimento, pelo impetrante, de senha para acesso das informações processuais no sítio eletrônico do Tribunal de origem não o exime da obrigação de devidamente instruir o writ, sob pena de transferir ao Poder Judiciário ônus pertencente à defesa, mormente quando se trata de advogado constituído.*

*3. Agravo regimental a que se nega provimento.*

*(PET no HC 392.865/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 27/04/2017, DJe 08/05/2017)*

No que se refere à alegada ausência de provas em desfavor do acusado, consta do aresto objurgado que o paciente foi denunciado como incurso nos artigos 33 e 35, combinados com o artigo 40, inciso V, todos da Lei 11.343/2006, porque, desde data incerta até junho de 2019, ao menos nos Estados do Paraná e de São Paulo, associou-se a outros 6 (seis) corréus para a prática do crime de tráfico de drogas.

Em 19.6.2019, o corréu Bryon Sebastião, agindo em concurso com o paciente e os demais acusados, transportou, de um Estado para outro da Federação, com o objetivo de tráfico, pouco mais de 377 kg de maconha (e-STJ fl. 63).

De acordo com o Ministério Público, o paciente associou a Bryon e aos demais corréus para a prática do narcotráfico, exercendo a função de "batedor", com o objetivo de tornar harmonioso o transporte da mercadoria ilícita (e-STJ fl. 63).

Feitos tais esclarecimentos, constata-se, que, de acordo com a descrição contida na peça vestibular, o paciente foi acusado de praticar o crime de tráfico de drogas em coautoria, razão pela qual se afigura irrelevante o fato de não ter, pessoalmente, praticado algum dos núcleos do tipo do artigo 33 da Lei de Drogas, consoante vem decidindo este Sodalício:

*PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA NÃO RECONHECIDA. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. MOTIVAÇÃO IDÔNEA PARA A IMPOSIÇÃO DO REGIME MAIS GRAVOSO. MODUS OPERANDI. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. WRIT NÃO CONHECIDO.*

*1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.*

*(...)*

*3. Em atendimento à teoria monista ou unitária adotada pelo Código Penal, apesar do réu não ter praticado a violência elementar do crime de roubo, conforme o entendimento consagrado por este Superior Tribunal de Justiça, havendo prévia convergência de vontades para a prática de tal delito, a utilização de violência ou grave ameaça, necessárias à sua consumação, comunica-se ao coautor, mesmo não sendo ele o executor direto do gravame.*

*4. Se as instâncias ordinárias reconheceram serem os réus coautores do crime de roubo, pois teriam concorrido, de forma determinante, para o resultado criminoso, não podendo a sua conduta ser tida por acessória, para desconstituir tal conclusão e reconhecer a incidência do redutor previsto no § 1º do art. 29 do Código Penal seria necessário proceder ao revolvimento detido do acervo fático-probatório dos autos, o que não se mostra viável em sede de habeas corpus.*

*(...)*

*Precedentes.*

*7. Writ não conhecido.*

*(HC 531.754/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 30/09/2019)*

No mesmo vértice:

*RECURSO EM HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO PACTO DE SILÊNCIO. TORTURA QUALIFICADA PELO RESULTADO MORTE E OCULTAÇÃO DE CADÁVER. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. RECORRENTES QUE, EM TESE, CONCORRERAM PARA A PRÁTICA DA INFRAÇÃO PENAL. FALTA DE JUSTA CAUSA DA CUSTÓDIA CAUTELAR E AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE DA MEDIDA EXTREMA. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. PRISÃO PREVENTIVA JÁ REVOGADA. PARECER ACOLHIDO.*

*1. Inexiste interesse recursal em debater a justa causa da prisão preventiva ou sua contemporaneidade se a liberdade já foi concedida pelo Tribunal estadual.*

*2. Caso em que não se está diante de excepcionalidade a justificar a precoce extinção da ação penal. A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, o que permite a compreensão dos fatos e possibilita o amplo exercício da defesa e do contraditório.*

*Não há razão para impedir o Estado-Administração de demonstrar a eventual responsabilidade penal dos recorrentes, isso, diante do quadro apresentado, implicaria cercear o direito-dever do Poder Público em apurar a verdade sobre o que se passou.*

*3. Na espécie, a peça acusatória narra que os recorrentes, associados a terceiros, concorreram, moral e materialmente, para a tortura com resultado morte, ocultação de cadáver, sendo executada a vítima com choques elétricos e afogamentos, para a obtenção de informações, tendo, com as suas presenças e condutas, garantido o êxito da empreitada criminosa.*

***4. O fato de os recorrentes não terem praticado a conduta descrita pelo verbo núcleo do tipo não tem o condão de tornar atípica sua parcela de contribuição para a ação comum, independentemente se na forma de coautoria ou de participação, sendo suficiente a existência de consciente cooperação na realização do plano global. Houve a descrição do liame subjetivo entre as condutas, indicando que os recorrentes foram responsáveis por vigiar o lado de fora do estabelecimento onde os fatos ocorreram, a fim de evitar qualquer obstáculo ou imprevisto a regular a realização do tipo de injusto.***

*5. Recurso em habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa parte, improvido.*

*(RHC 112.309/GO, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019)*

Ademais, sedimentou-se na doutrina e jurisprudência o entendimento de que para se acolher o pleito de trancamento da ação penal na via do *habeas corpus* é necessário que exsurja, à primeira vista, sem exigência de dilação de provas, a ausência de justa causa para a sua deflagração e/ou continuidade.

Isso porque toda denúncia é uma proposta de demonstração da ocorrência de fatos típicos e antijurídicos atribuídos a determinado acusado, sujeita, evidentemente, à comprovação e contrariedade, a qual somente deve ser repelida quando não houver prova da existência de crime ou de indícios de sua participação no evento criminoso noticiado,

ou, ainda, quando se estiver diante de flagrante causa de exclusão da ilicitude ou da tipicidade, ou se encontrar extinta a punibilidade.

E como o remédio constitucional não é o instrumento adequado à discussão aprofundada a respeito de provas e fatos, não há como se valorar os elementos probatórios até então colacionados, como pretende agora a defesa, para perquirir se haveria ou não indícios suficientes de autoria e materialidade em desfavor do acusado.

Com efeito, para debate dessa natureza reserva-se ao réu o processo criminal, ocasião em que as partes podem produzir aquelas provas que melhor entenderem alicerçar seus respectivos interesses, além daquela que pode ser feita pelo Juiz da causa, e não nesta oportunidade e instância, no âmbito estreito do writ.

Portanto, qualquer conclusão diversa, na via eleita, consoante vem decidindo esta colenda Turma, inevitavelmente levaria à vedada análise de provas em sede de *habeas corpus*.

Nesse norte:

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. NULIDADE DO FLAGRANTE. SUPERADO COM A PRISÃO PREVENTIVA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ALEGADA AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA E ALEGADA NULIDADE DE PROVA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. (...) ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

*(...)*

*III - Segundo pacífica jurisprudência desta Corte Superior, a propositura da ação penal exige tão somente a presença de indícios mínimos de autoria, não sendo exigida a certeza, que a toda evidência somente será comprovada ou afastada após a instrução probatória, prevalecendo, na fase de oferecimento da denúncia, o princípio do in dubio pro societate.*

*IV - Na hipótese, aferem-se presentes os indícios mínimos de materialidade e autoria delitiva, de modo que a persecução penal deve ter prosseguimento, havendo óbice para análise acurada do acervo probatório.*

*(...)*

*Ordem concedida, de ofício para revogar a prisão preventiva do paciente, salvo se por outro motivo estiver preso, e sem prejuízo da decretação de nova prisão, desde que concretamente fundamentada, ou de outras medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.*

*(HC 507.256/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/08/2019)*

Na mesma direção:

*RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. TRANCAMENTO. TRANSNACIONALIDADE DO DELITO. AFASTAMENTO. INVIABILIDADE. NECESSIDADE DE REVISÃO FÁTICO-PROBATÓRIA. RECURSO DESPROVIDO.*

*1. A jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que somente é possível o trancamento de ação penal por meio de*

***habeas corpus de maneira excepcional, quando de plano, sem a necessidade de análise fático-probatória, se verifique a atipicidade da conduta, a absoluta falta de provas da materialidade ou de indícios da autoria ou, ainda, a ocorrência de alguma causa extintiva da punibilidade.***

2. A denúncia imputou o crime de associação para o tráfico ao paciente descrevendo com suficiente clareza a conduta, possibilitando o exercício do contraditório e da ampla defesa. Além da situação de flagrante, foram apontadas provas testemunhais que denotam a formação de uma associação criminosa destinada ao tráfico internacional de drogas, da qual o recorrente era integrante. Do mesmo modo, foram indicados os elementos que levaram a fixação da competência da Justiça Federal em razão da transnacionalidade do delito.

**3. Rever as conclusões, ainda que preliminares, das instâncias ordinárias a respeito da existência de indícios de autoria, materialidade e da transnacionalidade do tráfico, demandaria o aprofundado revolvimento fático-probatório vedado na via estreita do habeas corpus.**

4. Recurso em habeas corpus desprovido.

(RHC 108.071/PR, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 02/05/2019)

No tocante aos requisitos para a decretação da prisão preventiva do acusado, infere-se que, além deste *habeas corpus*, foi impetrado em favor do paciente o HC 536.021/SP, no qual se concluiu pela legalidade da custódia.

Embora os acórdãos impugnados neste *mandamus* e no aludido *writ* sejam distintos, observa-se que em ambos se alegou a ausência dos requisitos necessários para a manutenção da segregação antecipada do paciente, tratando-se, assim, de simples reiteração de pedido, não tendo a defesa trazido qualquer fato capaz de dar ensejo à nova análise por este Tribunal do mencionado pleito, verificando-se, portanto, a inadmissibilidade do presente remédio constitucional.

Nesse sentido:

***PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA E DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. PEDIDOS JULGADOS POR ESTA CORTE EM OUTRO PROCESSO. REITERAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. (...) AGRAVO NÃO PROVIDO.***

**1. O fato deste writ constituir mera reiteração de pedidos já apreciados por esta Corte Superior impede o seu conhecimento.**

**2. Se os pedidos veiculados neste habeas corpus foram efetivamente apreciados por esta Corte em outro processo, resta configurada a reiteração.**

3. In casu, verifica-se que, no recurso ordinário em habeas corpus anteriormente interposto, houve, de fato, o enfrentamento dos mesmos pedidos constantes da petição inicial deste writ.

(...)

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 469.846/PE, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 13/08/2019)



Na mesma linha:

*PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL DA DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DO HABEAS CORPUS. REITERAÇÃO DE PEDIDOS. AUSÊNCIA DE INTERESSE DO PACIENTE. CONHECIMENTO. IMPETRAÇÃO POR ADVOGADO DESCONHECIDO DA DEFESA. OPOSIÇÃO DO PACIENTE. AUSÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. I - O Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, em seu artigo 202 dispõe que "Instruído o processo e ouvido o Ministério Público em dois dias, o relator o colocará em mesa para julgamento, na primeira sessão da Turma, da Seção ou da Corte Especial, ou, se a matéria for objeto de jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, poderá decidir monocraticamente. § 1º Opondo-se o paciente, não se conhecerá do pedido".*

*II - Tendo em vista a peculiaridade inerente ao habeas corpus, no sentido de que qualquer pessoa, mesmo que não seja advogado, pode impetrá-lo em favor de outrem que esteja sofrendo constrangimento ilegal ao direito de liberdade, para obstar o julgamento, é necessário que haja manifestação expressa do paciente, por meio de seus patronos, de modo a desautorizar a impetração que não seja de seu exclusivo interesse.*

*III - A análise do presente writ resultou na constatação acerca da existência de um novo habeas corpus com identidade de partes, fundamento e objeto, de modo que a alteração da forma como abordadas as razões, não tem o condão de refutar a reiteração do pedido, consistente no restabelecimento da liberdade do paciente, mediante o reconhecimento de que a prisão cautelar configura constrangimento ilegal.*

*IV - A constatação de que o presente mandamus consubstancia mera reiteração de pedido, uma vez que os temas ora ventilados já foram objetos de análise no Habeas Corpus 426480/RJ (interposto em 22/11/2017, portanto, anterior ao presente mandamus, o qual foi aforado em 25/11/2017), atrai a incidência da norma regimental constante do art. 210 do RISTJ, ao estabelecer que "Quando o pedido for manifestamente incabível, ou for manifesta a incompetência do Tribunal para dele tomar conhecimento originariamente, ou for reiteração de outro com os mesmos fundamentos, o relator o indeferirá liminarmente".*

*Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no HC 426.871/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 10/09/2018)*

Finalmente, quanto ao aventado excesso de prazo na prisão do recorrente, é cediço que os prazos indicados na legislação pátria para finalização dos atos processuais servem apenas como parâmetro geral, não se podendo deduzir o excesso apenas pela sua soma aritmética, admitindo-se, em homenagem ao princípio da razoabilidade, certa variação, de acordo com as peculiaridades de cada processo, devendo o constrangimento ser reconhecido como ilegal somente quando o retardo ou a delonga sejam injustificados e possam ser atribuídos ao Judiciário.

Na espécie, o paciente foi preso em flagrante em **19/6/2019**, tendo a custódia sido convertida em preventiva no dia seguinte, sobrevindo o oferecimento de denúncia em seu desfavor em **6.8.2019**, que foi recebida em **9.8.2019**, sendo que, atualmente, aguarda-se o cumprimento das cartas precatórias expedidas para que seja designada audiência de instrução e julgamento (e-STJ fls. 84/88).

Não cabe, portanto, falar em coação advinda de excesso de prazo, pois o processo, que envolve 7 (sete) réus acusados de crimes graves, vem tramitando regularmente, não havendo notícias de que esteja ocorrendo morosidade ou retardo excessivo na implementação das fases processuais, tampouco desídia ou inércia na prestação jurisdicional.

Nesse sentido:

*PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. VARIEDADE DE DROGA APREENDIDA. REITERAÇÃO DELITIVA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE. EXCESSO DE PRAZO. NÃO CONFIGURADO. DILIGÊNCIAS QUE NÃO PREJUDICARAM O ANDAMENTO PROCESSUAL. ORDEM DENEGADA, COM RECOMENDAÇÃO.*

*(...)*

*4. A aferição do excesso de prazo reclama a observância da garantia da duração razoável do processo, prevista no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal. Tal verificação, contudo, não se realiza de forma puramente matemática. Demanda, ao contrário, um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão provisória mas também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam influir na tramitação da ação penal.*

*5. No caso em exame, o paciente foi preso em 19/6/2019 e o feito vem tendo regular andamento. Ademais, o pequeno atraso para o seu término justifica-se em razão da necessidade de realização de algumas diligências instrutórias.*

*6. Ordem denegada, com recomendação.*

*(HC 548.011/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/03/2020, DJe 19/03/2020)*

Com igual orientação:

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. TRÂMITE REGULAR DO FEITO. RAZOABILIDADE. COMPLEXIDADE DA AÇÃO PENAL. PLURALIDADE DE RÉUS. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. RECURSO DESPROVIDO.*

*1. Esta Corte Superior tem o entendimento de que, somente configura constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação*

# Superior Tribunal de Justiça

da culpa, apto a ensejar o relaxamento da prisão cautelar, a mora que decorra de ofensa ao princípio da razoabilidade, consubstanciada em desídia do Poder Judiciário ou da acusação, jamais sendo aferível apenas a partir da mera soma aritmética dos prazos processuais.

2. Na hipótese, não restou caracterizada a existência de mora na tramitação do processo que justifique o relaxamento da prisão preventiva, porquanto este tem seguido seu trâmite regular. A insatisfação da defesa com a relativa delonga na conclusão do feito não pode ser atribuída ao Juízo, mas às suas peculiaridades, considerando a complexidade do processo, no qual se apura o crime de tráfico de entorpecentes e associação para o narcotráfico, com apreensão de elevada quantidade de droga - mais de 2,5kg de cocaína - e pluralidade de réus. Ademais, das informações prestadas à Corte Estadual às fls. 81/83, constatou-se que os réus foram presos em flagrante em 25/5/2019, a denúncia foi oferecida em 31/7/2019 e em 27/8/2019 foi determinada a notificação do recorrente para apresentar defesa prévia, o que foi realizado pela Defensoria Pública em 4/11/2019. Ainda, em consulta processual à página eletrônica da Corte Estadual, verificou-se que os autos se encontram no aguardo da realização de audiência de instrução e julgamento, designada para 18/3/2020, aproximando-se a instrução do fim.

3. Assim, não há falar em desídia do Magistrado condutor, o qual tem diligenciado no sentido de dar andamento ao processo, não podendo ser imputada ao Judiciário a responsabilidade pela demora, como bem fundamentado pelo Tribunal de origem.

4. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido.

(RHC 123.022/GO, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 10/03/2020, DJe 23/03/2020)

Irretocável, por conseguinte, o aresto impugnado, que concluiu que, "em que pese a demora na realização da audiência de instrução, debates e julgamento, nada há nos autos que demonstre a ocorrência de desídia ou erro judicial, devendo-se relevar tal situação em razão da complexidade do caso e da existência de diversos acusados, com procuradores distintos, o que certamente ocasiona atrasos" (e-STJ fl. 64).

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator